



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
S E C R E T A R I A D A S A Ú D E



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ABERTURA DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO PARA O ATENDIMENTO DE CONSULTAS ESPECIALIZADOS EM GASTROENTEROLOGIA.

Item	Quantidade d. mês	Descrição	Valor Unitário	Valor Total	
01	50	CONSULTAS ESPECIALIZADAS DE GASTROENTEROLOGISTA	R\$ 15,00	R\$ 750,00	Pessoa Física
TOTAL				R\$ 750,00	

VALOR ESTIMADO MÊS: R\$ 750,00 (SETESSENTOS E CINQUENTA REAIS)

VALOR ESTIMADO ANO- 2011: R\$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)

ORIENTAÇÕES:

1. As consultas poderão ser efetuadas em locais próprios do nos locais de atendimento da Secretaria Municipal da Saúde, de acordo com a solicitação da SMS e após ordem de serviço para início das atividades.
2. Caso seja prestado o serviços, em local disponibilizado pelo credenciado este deverá disponibilizar os equipamentos, materiais e profissionais necessários ao desenvolvimento das atividades;
3. Os prestadores deverão apresentar em suas propostas além do valor, a capacidade instalada através de um cronograma de atendimentos, dentro do mês;
4. Caso os prestadores não possuam capacidade instalada para atender a demanda em sua totalidade, é interesse desta Secretaria, que mais de um prestador seja credenciado, tendo em vista que será na forma de CREDENCIAMENTO e a quantidade de consultas deverá ser ofertada mensalmente.

Doe órgãos, doe sangue: Salve vidas!



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

S E C R E T A R I A D A S A Ú D E



5. Caso haja, mais de um prestador interessado, a quantidade de consultas poderá ser ampliada/dividida, de acordo com a capacidade de oferta de cada empresa, e necessidade da SMS, para que realizem as consultas solicitadas pela SMS;
6. O prestador deverá atender a quantidade total informada como capacidade no credenciamento desde que solicitado pela SMS;
7. O Pagamento será efetuado em parcela mensais, após a realização das consultas e tendo como critério de pagamento as consultas realizadas. As consultas realizadas utilizando as dependências da SMS, sofrerão retenção de INSS.;
8. Os prestadores que tiverem sede em outro município, serão responsáveis pelas despesas de transporte/locomocão dos profissionais e pacientes;
9. No caso de propostas de pessoa física serão considerados no cálculo da viabilidade financeira, o valor referente a cota patronal.
10. Nos casos em que esta solicitação for omissa, prevalece as normas previstas na Lei 8666/93 e alterações.